

OS PRIMEIROS CURSOS SUPERIORES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL

THE FIRST HIGHER COURSES OF ACCOUNTING SCIENCES IN BRAZIL

PRIMEROS CURSOS SUPERIORES DE CIENCIAS CONTABLES EN BRASIL

Luiz Roberto Romanowski¹

¹Mestrado em Educação Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Doutorando em Educação Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail: luizromanowski@gmail.com.

Neuza Bertoni Pinto²

²Professora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Católica do Paraná. E-mail: neuzard@uol.com.br

RESUMO

O estudo focaliza a criação dos cursos de contabilidade no Brasil. O objetivo é examinar que cursos foram criados e situar a contabilidade no cenário da educação superior no Brasil no início do século XX. Destaca as primeiras escolas criadas no Paraná. O estudo, na perspectiva da história cultural, utiliza um documental constituído de súmulas, biografias, relatórios. Os aportes teórico metodológicos consideram os escritos de Pinto (2014); Chartier (1990); Schmidt (2000); Candioto (2010); Wachowicz (2010), entre outros. Os primeiros cursos foram criados em algumas capitais de estados da recém proclamada república federativa por iniciativa de grupos de contadores apoiados por empresários do comércio e indústria. A criação dos cursos foi necessária para a preparação de profissionais que pudessem auxiliar e realizar a contabilidade das empresas. São cursos direcionados a uma formação de contadores incipientes quanto a uma formação científica, mas que já buscam um direcionamento para as ciências contábeis como área de formação profissional acadêmica em nível superior.

Palavras-chave: Ensino Superior. Cursos de Contabilidade. Ciências Contábeis.

ABSTRACT

The study focuses on the creation of accounting courses in Brazil. The objective is to examine what courses were created and situate the accounting in the higher education scenario in Brazil in the early twentieth century. Highlights the first schools created in Parana. The study, from the perspective of cultural history, uses a documentary consists of overviews, biographies, reports. The methodological theoretical contributions consider the writings of Pinto (2014); Chartier (1990); Schmidt (2000); Candioto (2010); Wachowicz (2010), among others. The first courses were created in some of the newly proclaimed state capitals federal republic on the initiative of counter groups supported by businessmen in trade and

industry. The creation of the courses was needed for the preparation of professionals who could assist and perform accounting firms. They are directed to training courses incipient counters as a scientific Background, but already seeking a direction for the accounting sciences as an area of academic training at the higher level.

Keywords: Higher Education. Accounting courses. Accounting.

RESUMEN

El estudio se centra en la creación de cursos de contabilidad en Brasil. El objetivo es examinar lo que los cursos eran lugar criados contabilidad en el escenario de la educación superior en Brasil a principios del siglo XX. Destacan las primeras escuelas creadas en Paraná. El estudio, desde la perspectiva de la historia cultural, utiliza un documental consiste en descripciones, biografías, informes. Las aportaciones teóricas metodológicas consideran los escritos de Pinto (2014); Chartier (1990); Schmidt (2000); Candioto (2010); Wachowicz (2010), entre otros. Los primeros cursos fueron creados en algunas de las capitales de los estados recién proclamada república federal por iniciativa de grupos contrarrevolucionarios con el apoyo de los empresarios en el comercio y la industria. Era necesaria la creación de los cursos para la preparación de los profesionales que puedan ayudar y llevar a cabo las empresas de contabilidad. Están dirigidas a los cursos de formación contadores incipientes como una formación científica, pero ya la búsqueda de una dirección para las ciencias contables como un espacio de formación académica a nivel universitario.

resumen

Palabras clave: Educación Superior. Cursos de contabilidad. Contabilidad.

Introdução

Este texto tem por objetivo apresentar resultados de investigação realizada sobre os primeiros cursos de Contabilidade criados no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Ao examinar o surgimento dos referidos cursos, o presente estudo situa a contabilidade no cenário da educação superior no Brasil e destaca as escolas criadas no estado do Paraná naquele período.

A abordagem história cultural de acordo com Pinto (2014) aprendemos que na história não há verdades, há representações possíveis sobre uma mesma história. Tais representações, nas palavras de Chartier(1990, p. 17) são como “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro torná-se inteligível e o espaço ser decifrado”. A partir da análise dos documentos foram realizadas as inferências. Deste modo, o estudo apresenta as primeiras escolas de nível superior a ofertarem o curso de contabilidade e no Paraná. Desse modo, a metodologia do estudo é abordagem da história cultural com base em consulta a documentos que se constituem as fontes de consulta. Foram consultadas principalmente

as súmulas disponíveis nas instituições, tanto as existentes nas plataformas institucionais como as impressas.

O período da pesquisa se situa entre 1889, com a Proclamação da República, e vai até 1930 com o final da República Velha. Na historiografia brasileira este período é denominado Primeira República, alguns autores nominam República Velha. Esse período histórico constitui-se no campo da Contabilidade como um novo ciclo da contabilidade brasileira de acordo com Saes e Cytrynowicz (2001).

A implantação da República em 1889 no Brasil, com a queda da monarquia, dá impulso ao desenvolvimento econômico e social, ainda que de modo tímido e focalizado na cafeicultura, mantendo a base da economia na exportação de minério e de produtos agrícolas. Contudo é possível indicar que se inicia uma nova ordem política que vem mudar, substancialmente, a estrutura econômica do país, pois a produção industrial assume importância. No Império a economia se apoiava no latifúndio e na monocultura, sujeita a exportação de produtos primários e da importação de artigos industrializados, aqui se reverte para a proposição da produção de bens manufaturados.

Neste contexto, ao se inaugurar o regime presidencialista, representativo e federativo, ocorrem mudanças significativas nas forças políticas e sociais de poder em torno da autonomia política e econômica dos Estados da União. A perspectiva econômica foi dominada pelas oligarquias regionais, principalmente dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, através da política dos governadores e do controle da política econômica, com a concentração de capitais nas mãos da burguesia cafeeira. Mas é justamente essa burguesia que passa a investir em diversos setores da economia, como indústrias, comércio e serviços públicos. De acordo com Franco (1990, p. 11):

A primeira década do regime republicano foi das mais difíceis para a política econômica. Em primeira instância, essas dificuldades se devem ao fato de que aí se observam os momentos cruciais de importantes transformações “estruturais” na economia do país, destacadamente a súbita disseminação do trabalho assalariado no campo e o reordenamento da inserção do país na economia internacional. A primeira estava relacionada ao fim da escravatura e à maciça entrada de imigrantes ao longo da década de 1890, e a segunda ao extraordinário florescimento das relações financeiras do Brasil com o exterior.

Cabe salientar neste período o papel dos imigrantes estrangeiros, que desempenharam um importante trabalho no crescimento da República Velha,

impulsionando o mercado interno. As levas de imigrantes impulsionaram a criação de escolas, prática que já se estabelecia em seus países de origem.

Os colonos migrantes (alemães, italianos, poloneses, ucranianos, dentre outros) foram portadores de valores, de culturas e de estilos de vida, a partir dos quais se adaptaram, construíram e constituíram um novo espaço social inserido num contexto mais amplo, que condicionou e condiciona modos de ser de migrantes e de seus descendentes. (GREGORY, 2002, p. 12)

Antecederam os cursos de nível superior em contabilidade, as Aulas de Comércio. Essas aulas tiveram início com a vinda da Família Real Portuguesa, que chegou ao Brasil em 22 de janeiro de 1808.

Já no final do século XIX, o fortalecimento do regime monárquico constitucional, ocorrendo então uma expansão do ensino comercial, devido principalmente pelo crescimento econômico, aumento da produtividade, expansão da lavoura cafeeira, imigração europeia e uma crescente urbanização e a dinamização do mercado interno no Centro-Sul, bem como mudança nas concepções em torno das relações comerciais.

Ressalta-se que as mudanças de ordem social, econômica e política confirmam novos modelos de organização e formação, rompendo com a economia do império segundo Celso Furtado seguia uma configuração baseada no patriarcado, dirigida por homens de espírito puramente ruralista. A economia cafeeira, por volta de 1870, colocava o café nas correntes em expansão do comércio mundial. (FURTADO, 1982, p.116). Essa corrente de vanguarda impulsionou a criação de academias do comércio, sendo a que a Academia de Comércio de Juiz de Fora, em Minas Gerais, começou a funcionar em 1891.

O contexto do início do século XX impulsiona a criação de escolas de alto nível, surgindo a necessidade de organizar o ensino comercial. Nesta perspectiva, o governo trata de regulamentar o ensino superior no Brasil por meio das chamadas reformas do ensino. O quadro a seguir apresenta uma súmula destas reformas, indicando a data, a denominação e seu conteúdo principal. Essas reformas foram iniciadas no final do período imperial, posteriormente foram intensificadas no decorrer da primeira república, buscando regular o ensino em nível nacional, ainda que abordassem de modo parcial as questões do ensino superior que nesse período apresentava-se incipiente. O quadro 1

sintetiza essa legislação indicando a reforma, data de aprovação, denominação e conteúdo.

Quadro 1 - Reformas do Ensino Superior na Primeira República

Regime Político	Data	Denominação	Conteúdo
Império	1891 – 02/01	Reforma Benjamim Constant(1.232H)	Regulamento Instituição de Ensino Jurídico
Primeira República	1901 – 01/01	Reforma Eptácio Pessoa (3.890)	Código para o ensino superior-equiparação
	1911 – 05/04	Reforma Rivadávia Corrêa (8.659)	Transição entre a oficialização completa do ensino à sua total independência
	1915 18/03	Reforma Carlos Maximiliano (11.530)	Restabelecimento da Fiscalização
	1925 – 13/1	Reforma Rocha Vaz (16.782)	Criação de universidades

Fonte: Referencias consultadas, organização do autor

Foram cinco reformas buscando regular o ensino superior, iniciadas pela regulação de um curso até a criação das universidades. Com a regulamentação estabelecida os cursos criados foram oficializados como será descrito no próximo item.

As primeiras escolas de comércio no Brasil

As Aulas de Comércio tiveram início com a vinda da Família Real Portuguesa, que chegou ao Brasil em 22 de janeiro de 1808. Nos primeiros alvarás, decretos e atos foi incluída a criação de aulas de comércio que estiveram presentes quase por um século para realizar a formação dos “guarda livros”. Em 1902, com a fundação da Escola Prática de Comércio, na cidade de São Paulo, essa formação deixou de ter o formato de Aulas de Comércio.

Esses fatos marcam importantes manifestações contábeis brasileiras. A Lei de Abertura dos Portos, de 1808, sob o patrocínio de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, os portos brasileiros, “até então cerrados pela mesquinha política monopolista da metrópole, abrem-se ao comércio dos povos o que gera uma nova organização política na então colônia de Portugal”(REQUIÃO, 2010, p. 15). A atuação de Visconde de Cairu (José da Silva Lisboa), em 1804, ao escrever a obra Princípios de Economia Política,

impulsionou segundo Requião os primeiros passos dos estudos do comércio com o alvará de 28 de junho de 1808.

Um segundo ato que contribuiu para a institucionalização contábil ocorre em 15 de julho de 1809, D. João VI, quando determina a criação da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e encarrega José da Silva Lisboa de organizar o Código de Comércio (1832).

A publicação, em 15 de julho de 1809, do Alvará que obrigava os Contadores Gerais da Real Fazenda a aplicar o método das partidas dobradas na escrituração mercantil, trouxe como necessária uma formação. Foram as aulas e cadeiras ou cátedras que constituíram as primeiras unidades de ensino superior no Brasil.

Nos dados disponíveis no Centro de Memória Virtual do Conselho Regional Contabilidade do Rio Grande do Sul, Rodrigues (2015) aponta que em 1810 foi instalada na Bahia uma Aula de Comércio, com o objetivo de formar guarda-livros. No ano de 1811, teve início no Maranhão a primeira Aula de Comércio que funcionou, na sua primeira fase, até fevereiro de 1820. Suspensas por D. João VI, devido a uma sindicância instaurada, foram restabelecidas pelo Imperador D. Pedro II, pelo decreto de 02 de agosto de 1831. Na Bahia e em Pernambuco, em 1812, publicou-se um edital de Abertura de Concurso para Lentes, para as Aulas de Comércio, e foi iniciado em 1813 o funcionamento da Aula de Comércio na Bahia, e igualmente em Pernambuco.

No ano de 1835, em 07 de março, foram aprovados os Estatutos da Aula de Comércio da Corte, mantida pela Secretaria do Tribunal Real da Junta de Comércio, modificando as condições de ofertas destas aulas. Conforme Peleias et al (2007) o governo preocupado com a lisura dos docentes das Aulas de Comércio, os chamados Lentes, em 1842 definiu, por meio do Decreto nº 121, critérios a serem adotados para a seleção desses docentes.

Em 1846, com a publicação do Decreto nº 456, de 06 de julho de 1846, as Aulas de Comércio foram regulamentadas, com várias mudanças, inclusive na sua composição curricular, porém, mantendo a duração de dois anos de curso. Os estudos eram compostos de disciplinas de cunho prático, com a finalidade de atender às necessidades dos negócios (CANDIOTTO, 2010). Em 30 de dezembro de 1846, por decreto, foi regulada a Carta de Habilitação dos diplomados na Aula de Comércio.

Para Schmidt (2000, p. 205):

Uma das primeiras manifestações da legislação, como elemento propulsor do desenvolvimento contábil brasileiro, foi o Código Comercial de 1.850. Esse Código instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração anual do Balanço Geral, composto dos bens, direitos e obrigações das empresas comerciais.

Posteriormente, o Decreto nº 769, de 09 de agosto de 1854, determinou a reforma da Aula de Comércio da Corte. Segundo Peleias *et.al* (2007, p.24),

[...] essa reforma materializou-se com o Decreto nº 1763, de 14/05/1856, que deu novos estatutos à Aula de Comércio da Corte, formando um curso de estudos denominados Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Grandes mudanças ocorreram na grade curricular, mantendo-se a duração do curso em dois anos. O conteúdo foi distribuído em quatro cadeiras, sendo a primeira de Contabilidade e Escrituração Mercantil.

As Aulas de Comércio possuíam grande importância para o governo imperial, pois formavam os profissionais que atuavam diretamente nos registros das transações comerciais que se intensificavam à época, principalmente com a Inglaterra. No entanto, o ensino comercial não logrou êxito em seus primeiros anos, principalmente, por desinteresse da população.

O Decreto nº 1.763, de 14 de maio de 1856, criou o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, em substituição à Aula de Comércio da Corte no Maranhão. Este Decreto-Lei determinou para a educação contábil brasileira: a Aula de Comércio da Corte, fundada no período joanino, especificamente em 1809, foi reestruturada para formar-se no Instituto Comercial do Rio de Janeiro (LEITE, 2005, p. 51). Este Instituto, em 1863, passou a oferecer a disciplina de Escrituração Mercantil, com o objetivo de qualificar seus alunos para a prática do registro contábil. Devido à escassa demanda pelo curso em 1879, ele foi extinto.

O Decreto nº 2.741, de 09.02.1861, dá nova organização ao Instituto *Commercial* do Rio de Janeiro. A Aula de Comércio, foi reestruturada e o curso passou a ter a duração de dois anos, cujas aulas foram distribuídas pelas disciplinas: 1º ano: contabilidade e escrituração mercantil, geografia e estatística comercial; 2º ano: direito mercantil e economia política, com aplicação especial ao comércio e a indústria.

Em Pernambuco, o estudo de disciplinas voltadas ao comércio sempre foi de grande importância e indispensáveis para a economia voltada para o comércio. As Aulas de Comércio eram ministradas no Liceu – Licêo das Ciências Industriais da Província de Pernambuco – foi preciso passar por uma reorganização no instituto para receber as aulas, que ofereceu um Curso especial de Commercio. (PELEIAS et al, 2007).

A Lei Provincial nº 414, de 30 de abril de 1857, autorizou o governo a criar duas cadeiras, uma de escrituração comercial por partidas dobradas e aplicação de cálculo às operações comerciais e outra de geografia comercial e história do comércio.

No período de 1.861 e 1.863, a duração dos cursos foi alterada duas vezes, passando a ter de três a quatro anos respectivamente. Adequando-se a outros cursos de nível superior no Brasil, em 1863, a escrituração mercantil, passou a ser disciplina, qualificando os alunos na prática do registro contábil. (CANDIOTO, 2010).

Para Rodrigues (1984), o Rio Grande do Sul tem um papel saliente nos primórdios da Contabilidade no Brasil, com destaque para o Sr. Sebastião Ferreira Soares que, em meados do século XIX, veio a ser o primeiro organizador fazendário das finanças do Rio Grande do Sul e, posteriormente, do Império. Em 1852 publica, em Porto Alegre, pela Typographia do Comércio, de Pomatelli, o primeiro livro de contabilidade pública em território brasileiro, Tratado de Escrituração Mercantil por Partidas Dobradas Aplicado às Finanças do Brasil, contendo 69 páginas.

Segundo Barbosa (2009, p. 35):

O Club Caixeira Porto-Alegrense oferecia, desde 1882, palestras e aulas de escrituração mercantil aos seus associados, que eram em sua maioria guarda-livros e caixeiros de empresas comerciais. Estes guarda-livros, em 3 de junho de 1894, deixam o Club Caixeira e fundam a primeira instituição representativa da classe contábil no Rio Grande do Sul, o Clube de Guarda-Livros de Porto Alegre.

Na mesma época surgiram instituições particulares que passaram também a dedicar-se ao ensino comercial, sendo: o Collégio Riograndense, o Collégio Ivo Afonso Corseuil e a Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre (AEC), que se tornaria mais tarde à Escola Mauá que formou profissionais durante muitas décadas. Destaca Barbosa (2009, p. 99) a “ Escola Mauá logrou grande destaque no estado, formando profissionais da contabilidade por várias décadas. Mesmo após ter sido

adquirida pela iniciativa privada, nos anos de 1950, devido à decadência da AEC”. Esta escola, continuou formando técnicos contábeis até o ano de 1985.

Com efeito, no Rio Grande do Sul, o ensino contábil, foi ofertado em estabelecimentos comerciais, órgãos fiscais e militares, cuja educação era baseada na prática comercial. A primeira instituição a ministrar aulas de escrituração mercantil no Rio Grande do Sul, da qual se tem registro, foi o Collégio Emulação, em 1870.

Paralelamente, em 22 de junho de 1850, foi instituído o Código Comercial Brasileiro, caracterizando-se como uma das primeiras manifestações da legislação, promovendo o desenvolvimento contábil brasileiro. Este Código instituiu a obrigatoriedade da escrituração mercantil e da elaboração anual das demonstrações do Balanço Geral. O Código Comercial Brasileiro não normatizou os procedimentos contábeis, mas determinou que as empresas deveriam seguir uma ordem uniforme de Contabilidade e Escrituração e ter os livros para esse fim necessário. (SCHMIDT, 2000, p. 205).

Com isso, as primeiras associações foram surgindo e em 18 de fevereiro de 1870, o Decreto Imperial nº 4.475 aprova os Estatutos da Associação dos Guarda-Livros estabelecida na Corte.

Um segundo impulso, já no século XX, foi a criação de escolas de comércio. A Escola de Comércio de São Paulo, reconhecida pelo decreto federal nº 1.339, de 1905 ao ter reconhecidos os diplomas expedidos, foi considerada a primeira Escola de Contabilidade no Brasil, assunto que será tratado no item a seguir.

Os primeiros cursos de contabilidade em nível superior

A partir da Primeira República, é criada a primeira academia de comércio, em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, em 30 de março de 1891. Como um curso de nível superior, denominado Sociedade Anônima Academia do Comércio, efetivamente começou a funcionar em julho de 1894. Esta academia ministrava dois cursos: um preparatório e outro superior, cujos diplomas só foram reconhecidos pelo Governo Federal em 1905, por força do Decreto nº 1.339. Estes cursos tiveram curta duração, e

alguns anos depois foi extinta a academia. Seus diplomas expedidos só foram reconhecidos pelo governo federal em 1905, pelo Decreto nº 1.339.

A primeira legislação regularizando as escolas de comércio só ocorreu em 1902, pelo presidente Rodrigues Alves, que oficializou duas importantes instituições de ensino comercial: a Escola Prática de Comércio de São Paulo e Academia de Comércio do Rio de Janeiro. A Escola Prática de Comércio de São Paulo surgiu de um movimento do Grêmio dos Guarda-Livros de São Paulo, com o propósito de criar um curso regular, objetivando oficializar a profissão contábil.

Em 1905, esta escola passa a chamar-se Escola de Comércio de São Paulo, que através do decreto legislativo nº 1.339, de 09 de janeiro de 1905, declarou instituição de utilidade pública e foram reconhecidos os diplomas expedidos por essa escola, com o objetivo de criar um curso regular com o propósito de oficializar a profissão contábil, adotando o modelo europeu de contabilidade, notadamente o italiano e alemão. Na sua criação podemos destacar quatro personalidades: Conde Antônio de Álvares Leite Penteado, senador Antônio de Lacerda Franco, Dr. João Pedro da Veiga Filho e os professores Horácio Berlinck, Francisco D'Auria, Frederico Hermann Júnior, entre outros. Os principais colaboradores deste empreendimento, sob a influência da escola italiana, tinham por ideal preparar os profissionais da área contábil, entendendo como necessários ao crescimento industrial que estava ocorrendo no Estado de São Paulo e no País.

Em 1907 passou a denominar-se Escola de Comércio “Álvares Penteado”, em homenagem ao conde Antônio de Álvares Leite Penteado, que doou o terreno onde foi construído o prédio da escola. Mais tarde passou a chamar-se Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, em homenagem ao conde Antônio de Álvares Leite Penteado, que doou o terreno onde foi construído o prédio da escola.

Em 1908, a Escola de Comércio “Álvares Penteado” criou o curso de Ciências Comerciais. Antônio Álvares Leite Penteado foi eleito presidente honorário; Horácio Berlinck, como 1º secretário; e pela escola, senador Lacerda Franco, diretor; e Dr. Veiga Filho como vice-diretor.

A Escola de Comércio Álvares Penteado, teve forte influência da escola italiana, isto é, com forte ênfase no método das partidas dobradas. O ensino da Contabilidade sob a influência da escola italiana prevaleceu fortemente até os meados da década de 1970 ou

até a vigência da Lei nº 6.404/76, que veio a estabelecer critérios e procedimentos contábeis com predominância da escola norte-americana de contabilidade.(FAZOLI FILHO, 1992).

A Academia de Comércio do Rio de Janeiro, também criada em 1902, pelo decreto legislativo nº 1.339, de 09 de janeiro de 1905, foi declarada instituição de utilidade pública, reconhecendo os diplomas expedidos pela academia de caráter público foram reconhecidos os diplomas expedidos por essa escola. A Academia de Comércio do Rio de Janeiro, nos anos 50, transforma-se na Escola Técnica de Comércio Cândido Mendes, dedicada exclusivamente ao ensino médio

Segundo Leite (2005, p. 67):

Com essas duas instituições davam-se os primeiros passos para a instalação de um bom número de cursos de nível médio e superior no país, com os cursos superiores de economia, administração, atuária, estatística, marketing, além, é claro, de cursos técnicos em contabilidade e do curso superior de ciências contábeis, criado algumas décadas, mais precisamente em 1945.

Desse modo, evidencia-se que a escola Álvares Penteado e a Academia de Comércio do Rio de Janeiro são as primeiras escolas oficiais de formação de contabilistas no Brasil, mas sem a característica de Bacharel. O Bacharelado em Ciências Contábeis e Atuariais só ocorre em 1945, com o Decreto Lei nº 7.988.

Os cursos de contabilidade no estado do Paraná

No início do regime republicano, a base da economia paranaense continuava a ser a produção da Herva-Mate (*ilex paraguariensis* St Hil.), apesar das crises que enfrentava, seja pela concorrência do Café e da produção de erva-mate pela Argentina. A Erva-Mate estimulou o desenvolvimento de uma nova classe social: a burguesia.

Concomitantemente com o ciclo da erva-mate, temos o ciclo da Madeira (ciclo do pinho) o pinheiro (*araucária angustifólia*), árvore nativa do sul do Brasil, sua madeira é aplicada na produção de tábuas, caixas, laminados e compensados, celulose para papel, fósforos, etc. (WACHOWICZ, 2010, p. 249).

No início do século XX, a exportação da madeira (pinho) surge uma nova atividade econômica paranaense, que ultrapassou em importância a erva-mate, como fonte arrecadadora do Estado.

No final do século XIX até meados do século XX, o cultivo do Café, passa a ser outra atividade econômica importante para o Paraná, colaborando para a ocupação do Norte do Paraná (Norte Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo), através da expansão da cafeicultura paulista e pela colonização da região. O Café foi responsável pela formação de diversas cidades paranaenses. O auge da produção de Café se deu entre as décadas de 1950 e 1960, e a partir desta última data, a cafeicultura paranaense entrou em decadência, principalmente pelas geadas ocorridas nos anos seguintes e pelo surgimento da produção da soja.

A partir da segunda metade do século XX, as atividades industriais impulsionaram a economia paranaense, propiciando uma crescente urbanização principalmente em Curitiba, Ponta Grossa, Londrina e Cascavel. Foram criados a partir do período de 1945-1965, a COPEL, a PLADEP, a CODEPAR, O Departamento Estadual de Rodagem, Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, Fundação de Assistência ao Trabalho Rural e o Departamento de Geografia, Terras e Colonização. (MACEDO, 2009). A indústria no Paraná mais recente ampliou suas atividades econômicas como agroindústria, extrativismo vegetal e mineral, indústria de bens de consumo, indústria petroquímica, de vestuário, produtos eletrônicos e indústria automobilística, como também o crescimento do setor terciário (prestação de serviços, inclusive financeiros).

Esse contexto econômico impulsiona o ensino técnico em contabilidade no Paraná. No entanto, anteriormente já havia indícios dessa preparação na Escola Alemã, pertencente à antiga Colônia Alemã de Curitiba, que influenciaram o desenvolvimento da educação no Paraná. Nesta escola, em 1869, eram abordados conhecimentos de escrituração mercantil, colocando o Paraná como um dos estados mais antigos do Brasil na oferta neste tipo de curso. (RENK, 2004)

De acordo com o histórico do Instituto Tecnológico do Paraná, em 1914, o então professor Fernando Augusto Moreira, liderou o processo de nacionalização da Escola Alemã, que passou a denominar-se Colégio Progresso e posteriormente Academia Comercial Progresso, que em 1941 foi adquirida pela Faculdade de Direito da Universidade

do Paraná, e passou a denominar-se Escola Técnica de Comércio anexa a Faculdade de Direito da UFPR.

Em 22 de janeiro de 1974, por decisão do Conselho Universitário, a Escola é integrada à Universidade Federal do Paraná, e vincula-se ao setor de Ciências Sociais Aplicada, sob a denominação de Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná.

Em 1990, durante a reorganização administrativa da UFPR, mudou novamente sua denominação para Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, e em 1994, por decisão dos governos Federal e Estadual, a rede pública de ensino deixa de ofertar cursos técnicos. Em 1997, a Escola Técnica é levada à categoria de Setor da UFPR.

Em 19 de março de 2008, o Conselho Universitário da UFPR, autoriza a implantação do Instituto Federal do Paraná, a partir da estrutura da Escola Técnica, desvinculando-se da UFPR.

O Instituto Federal do Paraná é uma autarquia Federal, criada através da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, transformando a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

No Estado do Paraná, alguns empresários do comércio criaram a Escola Técnica de Comércio, no final do século XIX, com o objetivo de preparar a classe de empregados do comércio, guarda-livros e outros. Em 1905, o Estado cria o Instituto Paranaense, através da Lei nº 586. Este Instituto começou a funcionar em 1906, onde eram ensinadas as matérias: escrituração mercantil, redação comercial, noções de legislação, além de línguas, inglês, alemão, francês e italiano.

Outra instituição paranaense, pioneira no ensino de contabilidade no Paraná, em Curitiba, foi a Escola Técnica de Comércio Professor “De Plácido e Silva”. O Professor “De Plácido e Silva”, depois de formar-se no curso de Direito, em 1917, começou a lecionar como professor na Escola Prática de Comércio Avalfred, onde anos mais tarde tornou-se proprietário do estabelecimento, mudando o nome para: Escola Técnica de Comércio De Plácido e Silva.

Posteriormente, De Plácido e Silva reuniu-se à congregação dos professores, integrada por: Aryon Niepce da Silva, Jofre Cabral e Silva, Benedito Nicolau dos Santos,

Joaquim de Almeida Peixoto, Ulisses de Mello e Silva, Milton de Oliveira Condessa e Tufy Sallum, criando então a nova Faculdade de Ciências Econômicas, uma das primeiras do Brasil, transformando na Faculdade de Ciências Econômicas “De Plácido e Silva”. É resultante do desdobramento desta escola a criação em 27/04/1957, pelo Decreto Federal nº 41.367, do Ministério da Educação (MEC), autorizou o funcionamento do primeiro curso superior de Ciências Contábeis no Paraná, o Instituto de Ciências Sociais do Paraná-ICSP - (FESP), embora tenha iniciado seu funcionamento em 1947, reconhecido pelo Decreto Federal nº 360.

Recorrente, em 1927, o Colégio Bom Jesus abriu o Curso Comercial. Era um curso prático, sobre a Escrituração Mercantil, Aritmética Comercial, Geografia Econômica, Correspondência, Noções de Direito Comercial. Após os exames escolares, os alunos receberiam o diploma de Guarda Livro. Este curso era ministrado em língua portuguesa e alemã. (RENK, 2004, p. 76). Posteriormente, este curso integra, em 1956, o Colégio Comercial Bom Jesus, pela Portaria 217 de 01 de março do mesmo ano. Cabe aos Franciscanos a Faculdade de Ciências Econômicas quando da criação da Universidade Católica do Paraná, em 1960. Essa faculdade havia sido criada em Assembléia da Congregação dos Franciscanos, em 1957. Em 1972 foi implantado o curso de Ciências Contábeis, reconhecido em 1978, pelo Decreto Federal 81.309/78. Neste período, 1977, passa integrar a Faculdade Católica de Administração e Economia (FAE) criada pelo Parecer nº 2.746/77 como estabelecimento isolado. (ARNS, 1997)

Considerações finais

A extensa trajetória percorrida pelo ensino de contabilidade no Brasil aponta que ele se inicia como cursos práticos para disciplinar o registro contábil. Esses cursos visavam formar contadores, os guarda-livros, para a manutenção do regime do próprio governo tanto para gerir as contas do erário público como para proceder à escrituração dos estabelecimentos comerciais e da economia agrícola disciplinando a arrecadação dos tributos, impostos e taxas.

No entanto, logo após a proclamação da república, com o surgimento de maior número de estabelecimentos comerciais e o início da instalação das primeiras indústrias foi necessário um maior número de contadores e as primeiras associações profissionais

foram criadas impulsionando a abertura de cursos. A necessidade destas escolas é entendida como forma de preparação para a vida economia e social.

É possível deprender dos documentos de criação das escolas de que o Brasil estabelecia seus primeiros passos para a organização de sua economia e que essas escolas trariam possibilidade de melhor entendimento de como realizar esta organização ao mesmo tempo que possibilitariam maior civilidade com a formação de seus dirigentes.

A maioria dessas escolas, criadas no início do século XX, evoluiu e consolidou o ensino superior em contabilidade, assumindo o estatuto científico e iniciando a transição da então escrituração contábil para as atuais Ciências Contábeis. São instituições que ao longo de mais de um século realizaram a formação dos contadores, atuais bacharéis em Ciências Contábeis, uma escola que mais que empreender uma formação produziu uma cultura profissional. Por fim, o estudo mostra a relação dessa cultura com a história das instituições.

REFERÊNCIAS

ARNS, João Crisóstomo. **Bom Jesus: 1896/1996**. Uma escola centenária em sua moldura histórica. Curitiba: Linarth, 1997.

BARBOSA, Marco Aurélio Gomes. **Consolidação do ensino contábil no Rio Grande do Sul**. In CORAZZA, Gentil. História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas: 1909-2009. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BRASIL. Decreto nº 456 de 06 de julho de 1846. Regula as Aulas de Comércio.

_____. Decreto nº 769, de 09 de agosto de 1854. Determina a reforma da Aula de Comércio da Corte.

_____. Decreto nº 2.741, de 09.02.1861. Dá nova organização ao Instituto *Commercial* do Rio de Janeiro.

_____. Lei Provincial nº 414, de 30 de abril de 1857. Cria duas cadeiras no curso de Contabilidade.

_____. Decreto nº 1.339, de 09.01.1905. Reconhece os diplomas expedidos pelas Escola de Comércio de São Paulo (Escola de Comércio Álvares Penteado) e Academia de Comercio do Rio de Janeiro.

_____. Decreto Imperial nº 4.475, de 18.02.1870. Aprova os Estatutos da Associação dos Guarda-Livros, estabelecida na Corte.

_____. Decreto Lei nº 7.988. Cria o Curso de Ciências Contábeis.

_____. Decreto Federal nº 41.367, do Ministério da Educação (MEC). Cria a Faculdade de Ciências Contábeis De Plácido e Silva.

_____. Decreto Federal 81.309 de 1978. Implanta do curso de Ciências Contábeis na FAE.

CANDIOTTO, Lucimara Bortoleto. **Formação de professores no curso de ciências contábeis no período de 1980-2009: caminhos e perspectivas.** Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

FAZOLI FILHO, Arnaldo. **Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – 1902- 1992.** São Paulo: Letras & Letras, 1992.

FRANCO, Gustavo Hilário. A primeira década republicana. In ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: cem anos de política republicana – 1889- 1989.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1982.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940/70).** Cascavel: Editora da Unioeste, 2002.

LEITE, Carlos Eduardo Barros. **A evolução das ciências contábeis no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MACEDO, Mariano Matos. **Notas sobre o planejamento da industrialização do Paraná.** Curitiba: IPARDES, 2009.

PELEIAS, Ivam Ricardo; SILVA, Glauco Peres da; SEGRETI, João Bosco; CHIOROTTO, Amanda Russo. Evolução do ensino de contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade & Finanças.** São Paulo, Edição 30 anos de Doutorado, Junho 2007, vol. 18, p. 19-32.

PINTO, Neuza Bertoni. História das disciplinas escolares: reflexão sobre aspectos teórico-metodológicos de uma prática historiográfica. **Revista Diálogo Educacional.** Curitiba, v. 14, n. 41, p. 125-142, jan./abr. 2014

POLATO, Maurício Fonseca. **A fundação da Escola de Comércio Álvares Penteado e o ensino comercial em São Paulo.** São Paulo: PUCSP, 2008. Dissertação de Mestrado.

RENK, Valquíria Elita. **A educação dos imigrantes alemães católicos de Curitiba.** Curitiba: Editora Champagnat, 2004.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. V. 1 e 2. 27. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RODRIGUES, Alberto Almada. Legislação sobre o ensino comercial, contábil, atuarial, administrativo e econômico no Brasil no século XIX. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Rio de Janeiro, v.14, n. 50: 8-12, jul/set. de 1984.

_____. **Período imperial**. Centro De Memória Virtual do Conselho Regional Contabilidade do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.crcrs.org.br/memorial/> Acesso em: 15 de março de 2015.

SAES, F.A.M.; CYTRYNOWICZ, R. O ensino comercial na origem dos cursos superiores de economia, contabilidade e administração. **Revista Álvares Penteado**. São Paulo, v. 3, n 6, p. 37-59, junho/2001.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 2 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.